

Rumo à 1ª Conferência Nacional de Comunicação

Junte-se à Comissão Pró-Conferência, vamos fazer valer a nossa voz!

Com o anúncio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a convocação da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, durante o Fórum Social Mundial, no dia 28 de janeiro, a luta pela democratização da mídia no Brasil passou para um novo patamar. Agora, é hora de fortalecer a unidade das organizações sociais, mobilizar para ampliar a presença de movimentos populares e construir propostas que expressem com qualidade que comunicação a sociedade quer para o país.

A realização da Conferência é uma demanda histórica deste movimento de luta pela democratização da comunicação. As Conferências vêm sendo um importante e bem-sucedido instrumento criado pela democracia brasileira para garantir a participação da população organizada na discussão e definição de diretrizes para as políticas públicas de um determinado setor do Estado.

Desde junho de 2006, o tema virou uma bandeira deste campo com a criação da Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação (CPC), rede que agrega até agora, 36 entidades nacionais das mais variadas áreas, do movimento camponês, passando pelo movimento negro e de direitos humanos, até estudantes e trabalhadores da comunicação, entre muitos outros.

Nas próximas semanas espera-se a publicação do Decreto com a convocação oficial da Conferência. Ele deverá trazer objetivos, tema e calendário. Segundo informações preliminares, a promoção de eventos preparatórios deve ocorrer até junho, as etapas estaduais entre julho e setembro e a etapa nacional nos dias 1º, 2 e 3 de dezembro de 2009.

Publicado o Decreto, coloca-se o desafio de garantir a representação das entidades ligadas aos movimentos sociais e de construir as regras para que o processo seja efetivamente amplo e estimule a participação dos diversos grupos organizados do país. Esta disputa se dará na constituição da Comissão Organizadora e na formatação do Regimento Interno da Conferência. Além dela, **outras três tarefas são fundamentais para garantir uma forte e qualificada participação** das entidades comprometidas com a comunicação como um direito humano.

1 - Mobilização

A CPC tem como prioridade ampliar o diálogo para além dos grupos diretamente envolvidos nas atividades de comunicação. Embora cada vez mais movimentos sociais e entidades percebam a importância estratégica da comunicação como ferramenta para os avanços sociais, coloca-se a tarefa de expandir a articulação para o conjunto das organizações que são atingidas pelos problemas do atual modelo de comunicação na sua luta cotidiana por direitos.

Esta mobilização deve acontecer especialmente nos estados. Desde 2007, a CPC tem organizado ações conjuntas, além de ter incentivado e contribuído para a criação de Comissões Estaduais. Mas ainda é preciso ampliar o conjunto de organizações envolvidas, tanto no âmbito nacional quanto no estadual. Para isso, convidamos todas as entidades nacionais a se integrarem à CPC e incentivamos que as organizações que atuam na esfera municipal ou estadual que se integrem as Comissões Estaduais; ou que instituem novas Comissões onde elas ainda não existem.

2 - Formulação

A crítica dos monopólios das comunicações está presente em freqüentes protestos e análises de movimentos sociais e organizações populares. Que movimento social não viveu a experiência da criminalização por meio da mídia? Quem não questiona as escolhas unilaterais da TV para informar e interpretar os fatos?

Agora é hora de elaborar e discutir propostas para um outro modelo de comunicação que atenda aos interesses do povo, que garanta a liberdade de expressão, a inclusão social, a diversidade cultural e religiosa, o respeito às diferenças de todos os tipos; a convergência tecnológica a serviço de todos; a soberania nacional e a regionalização da produção. A transformação destes princípios em propostas concretas irá demandar muito esforço e espírito coletivo.

3 - Unidade

Para que façamos com que os atores e propostas sejam ouvidos e inscritos entre as deliberações da Conferência, é preciso que consigamos encontrar unidade em nossa diversidade. Isso porque a Conferência, como espaço plural e democrático, também será altamente disputada pelos mais diferentes setores interessados no tema, especialmente os controladores da "indústria da comunicação" comercial. Eventos empresariais, lobbies no Congresso e articulações de gabinete estão a pleno vapor entre eles.

Entenda mais como funcionará a Conferência

Assim como em outras experiências, a Conferência Nacional de Comunicação tem como objetivo discutir diretrizes e propostas para as políticas públicas do Estado para o setor. Isso significa que as deliberações serão um importante documento político refletindo as vontades da população acerca do que os parlamentos e governos devem fazer. No entanto, tais indicações serão sugestões, não tendo caráter obrigatório.

O processo será estruturado em etapas. Nas preparatórias, o foco é a discussão sobre os temas. Não há definição ainda de quem poderá realizá-las. Nas estaduais, serão discutidas e aprovadas propostas, bem como eleitos os delegados para a etapa nacional. Na etapa nacional, prevista para dezembro, serão aprovadas as deliberações da Conferência.

Os cidadãos e as cidadãs podem participar livremente das etapas preparatórias e das estaduais. Da nacional, participam apenas delegados, observadores e

convidados. No entanto, mais do que nos eventos oficiais do processo, é fundamental que todos os interessados estejam mobilizados desde já.

Calendário

Abaixo, segue calendário com a programação prevista para as atividades da CPC. Novos importantes eventos e discussões surgirão quando for definido o cronograma oficial e o regimento interno da Conferência.

Mês	Ação
Março	<ul style="list-style-type: none">- A CPC finalizará um plano de mobilização com entidades a serem envolvidas nacionalmente nos estados.- Ao longo do mês, serão realizadas reuniões com ministros, ou seus representantes, governadores, deputados e vereadores, promotores do Ministério Público Federal e outras autoridades, para apresentar a luta da CPC e comprometê-los a Conferência em uma perspectiva ampla e democrática.- A secretaria da CPC irá se articular às Comissões Estaduais já existentes e incentivar a criação de novas nas Unidades da Federação que ainda não tiverem instituído o espaço.- A CPC irá realizar, em parceria com comissões legislativas no Congresso Nacional, um seminário e uma videoconferência com datas previstas para os dias 26/03/09 e 27/03. O objetivo é debater organização e conteúdos da Conferência com as Comissões Estaduais e outros interessados.
Abril, maio e junho	<ul style="list-style-type: none">- A CPC e as Comissões Estaduais vão procurar dialogar com organizações e movimentos com interesse na pauta mas que ainda não estiverem envolvidos no processo.- Organizações ou movimentos específicos deverão realizar suas pré-conferências de modo a debater com seus integrantes ou interessados as propostas para as etapas estaduais da Conferência.
Julho, agosto e setembro	<ul style="list-style-type: none">- Etapas estaduais: Segundo sinalizações do governo federal, nestes meses deverão ser movimentados pela realização das etapas estaduais. Nestes encontros, a CPC e os comitês estaduais deverão estar mobilizados para apresentar e defender suas propostas, além de eleger delegados para a etapa nacional.
Outubro e novembro	<ul style="list-style-type: none">- Debates para afinar propostas da sociedade.
Dezembro	<ul style="list-style-type: none">- Realização da etapa nacional, prevista para 1º, 2 e 3.

Sobre a Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação

Em 2007, a partir de deliberações de várias resoluções e declarações de eventos e organizações, entidades que desde a Constituinte vêm lutando pela democratização da comunicação se somaram a outras da área de direitos humanos e a movimentos sociais para formar a Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação (CPC).

Com o respaldo de três comissões da Câmara dos Deputados (Direitos Humanos e Minorias; Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Legislação Participativa), a CPC foi criada com os objetivos de mobilizar a sociedade e sensibilizar o governo federal para a urgência da realização de um grande debate que trate a comunicação como um direito humano, e não apenas um serviço ou um negócio.

Nesses dois anos o trabalho da CPC se materializou em dezenas de reuniões quinzenais em Brasília, eventos em vários Estados, atos públicos no Congresso Nacional, no Fórum Social Mundial; um paciente trabalho de articulação com outras entidades, parlamentares e outros agentes políticos, diálogos com todos os segmentos empresariais da área de comunicação que resultaram na concordância deles em participar da Conferência; várias audiências com autoridades públicas, construção do site www.proconferencia.com.br na Internet, publicação de artigos, panfletos, adesivos.

Agora, a CPC tem como grande desafio articular a participação das entidades comprometidas com a democratização da comunicação nacional e localmente para incidirem no processo da Conferência Nacional de Comunicação.

VENHA FAZER PARTE DESTA GRANDE MOBILIZAÇÃO!

Entidades membros da Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação

- 1) FNDC – FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO
- 2) MNDH – MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
- 3) FENAJ – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS
- 4) INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 5) CFP – CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
- 6) ABCCOM – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CANAIS COMUNITÁRIOS
- 7) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
- 8) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA CÂMARA
- 9) CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
- 10) FITERT – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO
- 11) LaPCom – LABORATÓRIO DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO
- 12) ABRAÇO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

- 13) AMARC-BRASIL – ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS
- 14) ENECOS – EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 15) ABGLT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
- 16) MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
- 17) ARPUB – ASSOCIAÇÃO DAS RÁDIOS PÚBLICAS DO BRASIL
- 18) ASTRAL - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TVs E RÁDIOS LEGISLATIVAS
- 19) CAMPANHA QUEM FINANCIAM A BAIXARIA É CONTRA A CIDADANIA
- 20) ABTU - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TV UNIVERSITÁRIA
- 21) OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
- 22) UNE - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES
- 22) CEN - COLETIVO DE ENTIDADES NEGRAS
- 24) FITTEL - FEDERAÇÃO I. DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES
- 25) FENAJUFE - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
- 26) CONFERP - CONSELHO FEDERAL DE PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS
- 27) MNU - MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
- 28) CONUB - CONSELHO NACIONAL DE UMBANDA
- 29) CLP - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.
- 30) ABEPEC - ASSOCIAÇÃO B. DAS EMISSORAS PÚBLICAS, EDUCATIVAS E CULTURAIS
- 31) ABI - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA
- 32) FÓRUM DE ENTIDADES NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS
- 33) RENOI - REDE NACIONAL DOS OBSERVATÓRIOS DA IMPRENSA
- 34) ABONG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS
- 35) INESC – INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS
- 36) PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – Ministério Público Federal

Contatos com a Comissão Pró-Conferência de Comunicação

Página na Internet: www.proconferencia.com.br - e-mail

proconferencia.com@gmail.com

Telefones de contato na Câmara dos Deputados:

61.3216.6570 (Comissão de Direitos Humanos e Minorias)

61.3216.6695 (Comissão de Legislação Participativa)

61.3216.6454 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática).